GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PAT: 20222700400008 – e-PAT: 012.759

RECURSO: VOLUNTÁRIO/OFÍCIO Nº 020/2022

RECORRENTE: GLOBO TRANSP. ROD. LTDA EPP e FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RECORRIDA: 2ª INSTÂNCIA/TATE/SEFIN/FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL / GLOBO TRANSP. ROD. LTDA EPP

RELATOR: MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO Nº: 0172/2023/2ªCÂMARA/TATE/SEFIN

VOTO DO RELATOR

A empresa já qualificada nos autos foi autuada pela acusação de que no período de 01.01.2019 a 31.12.2020, embora regularmente notificado pelo sistema Fisconforme, o sujeito passivo deixou de escriturar, no livro Registro de Entradas, na forma estabelecida na legislação tributária, documentos fiscais relativos à entrada de mercadoria isentas ou não tributadas ou já tributadas por substituição tributária. No total, 801 notas fiscais não foram escrituradas no período, incidindo, assim, a multa de 2 UPF/RO por documento fiscal, que totalizou R\$ 164.172,96, tudo de acordo com o art. 77, X, “d”, da Lei estadual n. 688/1996.

A infração foi capitulada no art. 33 e 107, III, do anexo XIII, art. 106, §1º, e 107, todos do RICMS/RO, aprovado pelo Dec. Estadual 22.721/18. A penalidade foi tipificada no art. 77, X, alínea “d”, da Lei 688/96.

O Crédito Tributário está assim constituído:

Multa: R\$ 164.172,96

Valor do Crédito Tributário: R\$ 164.172,96 (cento e sessenta e quatro mil cento e setenta e dois reais e noventa e seis centavos).

O Sujeito Passivo foi intimado via DET e apresentou Defesa Administrativa tempestiva. O Julgador Singular, através da Decisão nº 2022/1/90/TATE/SEFIN/RO julgou parcialmente procedente o auto de infração e declarou devido o crédito tributário no valor de R\$ 76.789,98. O sujeito passivo tomou ciência da Decisão via AR e apresentou Recurso Voluntário tempestivo. Não consta nos autos Manifestação Fiscal. Consta Relatório deste Julgador.

Em razão do Recurso Voluntário e de Ofício interpostos, após análise das peças constitutivas deste feito, passo as seguintes considerações:

A ação fiscal foi baseada na acusação de no período de 01.01.2019 a 31.12.2020, embora regularmente notificado pelo sistema Fisconforme, o sujeito passivo deixou de escriturar, no livro Registro de Entradas, na forma estabelecida na legislação tributária, documentos fiscais relativos à entrada de mercadoria isentas ou não tributadas ou já tributadas por substituição tributária. No total, 801 notas fiscais que não foram escrituradas no período, incidindo, assim, a multa de 2 UPF/RO por documento fiscal, que totalizou R\$ 164.172,96, tudo de acordo com o art. 77, X, “d”, da Lei estadual n. 688/1996.

O sujeito passivo vem aos autos, em suas peças defensiva alegando que a empresa está enquadrada em regime normal de tributação e recolheu o imposto antecipadamente, não gozando de nenhum crédito e/ou benefício, logo não houve prejuízo ao Erário. Esclareceu que as EFDs serão retificadas dentro do prazo legal e que a multa é abusiva.

O juiz singular entendeu pela parcial procedência da ação, fundamentando que a acusação deve permanecer em virtude do contribuinte ter assumido que, de fato, não fez as escriturações devidas, bem como entende que não deve prosperar a alegação do contribuinte de que o Estado não teve prejuízo, eis que o enquadramento no regime normal, não o exime da obrigação acessória, sendo, portanto, a multa devida. Ponderou que grande parte do crédito tributário lançado são de operações que não alcançam o valor da penalidade exigida, uma vez que diante a penalidade aplicada, do valor lançado na exordial de R\$ 164.172,96, apenas o valor R\$ 76.789,98 é devido na data da lavratura, sujeitando à atualização pela taxa SELIC até a data do pagamento.

Em fase de Recurso Voluntário, o contribuinte insiste apenas pela abusividade da multa.

Percebe-se o esquecimento do sujeito passivo de que a EFD-Escrituração Fiscal Digital é de sua iniciativa e, portanto, todos os documentos e informações que a compõe são de sua responsabilidade. Também não é desconhecido do sujeito passivo e do seu serviço de contabilidade que a EFD envolve a escrituração dos livros fiscais. Vejamos o RICMS-RO aprovado pelo Decreto 8321/98:

Art. 406-A. A Escrituração Fiscal Digital – EFD destina-se à utilização pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

§ 1º A Escrituração Fiscal Digital - EFD compõe-se da totalidade das informações, em meio digital, necessárias à apuração dos impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, bem como outras de interesse das administrações tributárias das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

[...]

§ 3º O contribuinte deverá utilizar a EFD para efetuar a escrituração do: (NR dada pelo Dec. 15239, de 02.07.10 – efeitos a partir de 1º.04.10 – Aj. SINIEF 02/10)

I – Livro Registro de Entradas;

II – Livro Registro de Saídas;

III – Livro Registro de Inventário;

IV – Livro Registro de Apuração do IPI;

V – Livro Registro de Apuração do ICMS;

VI - documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP. (NR dada pelo Dec. 15379, de 08.09.10 – efeitos a partir de 13.07.10 – Ajuste SINIEF 05/10)

VII - Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque. (AC pelo Dec. 18521, de 15.01.14 – efeitos a partir de 1º.12.13 – Aj.SINIEF 18/13)

V - Registro de Apuração do ICMS.

Art. 406-B. Fica vedada ao contribuinte obrigado à EFD a escrituração dos livros e do documento mencionados no §3º do artigo 406-A em discordância com o disposto nesta Seção.

Com o advento do SPED-EFD as provas em meio eletrônico foram regulamentadas junto ao fisco rondoniense através da IN 006/2012 e posteriormente pela RC nº 002/2017.

Nos casos em que há ausência de escrituração dos Livros de Entrada dos documentos fiscais relativos à entrada de mercadorias isentas, não tributadas ou já tributadas por substituição tributária, onde a autuação aplicou apenas a penalidade de Multa, em razão do descumprimento de obrigação acessória, é possível fazer a Recapitulação da Penalidade, com base no artigo 108 da Lei 688/96, para aplicar pena mais benéfica ao contribuinte, nos termos da Súmula 06 do TATE/SEFIN.

Sendo assim, acertada foi o posicionamento do juiz singular, ao permitir aplicar multa de 20% sobre o valor da operação, nas Notas Fiscais com valores abaixo de 10 vezes a UPF da época da infração, de acordo com a regra do art. 77, X, a, da lei 688/96, bem como para as Notas Fiscais com valores maiores a 10 vezes a UPF da época da infração, a multa de 2 UPF's, conforme a regra do art. 77, X, d, da lei 688/96.

Diante disso mantem-se o crédito tributário devido, porém passa a ser assim constituído:

NOTAS Exercício 2015	PENALIDADE Art. 77, X, “d” 2 UPFs / 2015	PENALIDADE Art. 77, X, “a” 20% valor/op.	VALOR DO CRÉDITO
378 notas fiscais	R\$ 40.787,04	----	R\$ 40.787,04
423 notas fiscais	----	R\$ 36.002,94	R\$ 36.002,94
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO			R\$ 76.789,98

Valor total do Crédito Tributário: R\$ 76.789,98 (setenta e seis mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos) deverá ser atualizado na data do seu efetivo pagamento.

Por todo o exposto e mais do que nos autos constam, **CONHEÇO DOS RECURSOS VOLUNTÁRIO E DE OFÍCIO** interpostos para **NEGAR-LHES PROVIMENTO**, mantendo-se a Decisão Singular de **PARCIAL PROCEDENTE** o auto de infração.

É O VOTO.

Porto Velho, 14 de novembro de 2023.

MANOEL
RIBEIRO DE
MATOS JUNIOR

MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR
Julgador/Relator da 2ª Inst/TATE/SEFIN

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20222700400008 - E-PAT: 012.759
RECURSO : DE OFÍCIO E VOL. N°. 038/2023
RECORRENTE : FPE E GLOBO TRANSP ROD LTDA EPP
RECORRIDA : GLOBO TRANSP ROD LTDA EPP. E FPE
RELATOR : JULGADOR - MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO : N° 0172/2023/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO N° 0264/2023/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : **MULTA – SIMPLES NACIONAL - DEIXAR DE ESCRITURAR NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DE ENTRADA – OPERAÇÕES ISENTAS, NÃO TRIBUTADAS OU JÁ TRIBUTADAS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OCORRÊNCIA** – Comprovado que o sujeito passivo não realizou as escriturações de Notas Fiscais de Entradas correspondentes aos exercícios de 2019/2020. Considerando que das 801 NFe de entrada, 423 NFe de penalidade de 2 UPFS é maior que o valor obtido pela aplicação da penalidade de 20% sobre o valor da operação, fica recapitulada a penalidade para a alínea “a”, inciso X, artigo 77 da Lei 688/96. Para os demais documentos fiscais, 378 NFe de entrada deve ser mantida a penalidade proposta de 2 UPFs nos termos da alínea “d”, inciso X do artigo 77 da mesma Lei por ser mais benéfica ao sujeito passivo nos termos da Súmula 06/2022 – TATE/SEFIN-RO. Recapitulação com amparo no artigo 108 da Lei 688/96. Mantida a decisão singular que julgou Parcialmente Procedente o auto de infração. Recurso Voluntário e de Ofício desprovidos. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade, em conhecer dos recursos interpostos para ao final negar-lhes provimento, mantendo-se a decisão de Primeira Instância de **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Manoel Ribeiro de Matos Júnior, acompanhado pelos Julgadores Armando Mário da Silva Filho, Fabiano Emanuel Fernandes Caetano e Juarez Barreto Macedo Júnior.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL
R\$ 164.172,96

*CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE.
*R\$ 76.789,98

*CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO.

TATE, Sala de Sessões, 14 de novembro de 2023.

Anderson Aparecido Arnaut
Presidente

Manoel Ribeiro de Matos Junior
Julgador/Relator